

# Editorial

O presente volume da *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, referente ao período de julho a dezembro de 2013, encerra um ciclo, inaugurado no ano 2000, e inicia um novo formato e periodicidade: a partir de 2014, a revista será somente *on-line* e serão publicados três volumes regulares ao ano (abril, agosto e dezembro), além de eventuais edições especiais. Espera-se reduzir o tempo entre a submissão dos artigos e a sua publicação, além de ampliar o número de artigos publicados ao ano. As Normas de Publicação da revista também foram atualizadas e podem ser consultadas no *site* da revista.

Também com a preocupação de ampliar a recepção e publicação na revista de vários tipos de contribuições com foco na área socioambiental, em uma perspectiva interdisciplinar, continuaremos a aprimorar nosso sistema de contato com leitores, avaliadores e autores. Constantemente, estamos integrando novos pareceristas ao nosso já expressivo quadro de avaliadores. A todos, cabe uma menção de agradecimento pela sua contribuição à qualidade e relevância da *Desenvolvimento e Meio Ambiente*.

Neste volume trazemos, como de praxe, trabalhos oriundos de diversos grupos de pesquisa com vocação interdisciplinar e abrangendo temáticas as mais diversas.

Os dois primeiros artigos tratam da governança ambiental, um sobre o mercado global de carbono e governança global do clima, outro sobre governança do risco em nível local. O primeiro discute as oportunidades e os desafios do mercado global de carbono como mecanismo de Governança Global do Clima. O segundo defende a prática de um novo modelo de produção de conhecimento e de tomada de decisão, identificado como *governança do risco*, que tem seu palco privilegiado de intervenção no nível local, espaço em que os riscos são mais percebidos.

O terceiro artigo discute a degradação ambiental do solo pela atividade petrolífera no Brasil à luz da legislação ambiental, identificando as discrepâncias e proximidades entre tal legislação e a realidade das

práticas governamentais em relação à manutenção da qualidade do solo no Brasil.

Também focalizando a gestão ambiental pública, o próximo artigo resgata o histórico da educação ambiental no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), desde sua criação, em 2007, até 2012.

Uma discussão sobre a atuação pública e privada no ambiente é o objetivo do quinto artigo, que estuda a gestão de Unidades de Conservação no que diz respeito, em especial, aos aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais.

O sexto artigo analisa, à luz da legislação ambiental brasileira, os impactos das atividades turísticas e da alimentação artificial de botos-da-Amazônia (*Inia geoffrensis*). Como estudo de caso, estuda tais atividades no Parque Nacional de Anavilhanas (PNA), Estado do Amazonas, Brasil.

Na sequência, trazemos um texto que visa compreender como a vulnerabilidade social influencia as capacitações e meios de vida dos pecuaristas de corte da Campanha Meridional e Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e como estes criam estratégias de enfrentamento ou adaptação aos efeitos das situações de vulnerabilidade a que estão expostos.

Também na área do ambiente rural, o próximo artigo contrapõe interpretações de agricultores e pesquisadores sobre possíveis problemas ambientais causados pelo cultivo de eucalipto. Focaliza, em especial, as percepções de agricultores de base familiar integrados à indústria de papel e celulose sobre as mudanças ocorridas no ambiente em que residem, vivem e trabalham a partir da expansão desse cultivo em sua região (Estado do Espírito Santo).

Outro texto sobre áreas rurais analisa a letalidade decorrente de intoxicação por agrotóxicos em agricultores da região Sul do Brasil e estuda as diversas consequências do seu uso no meio ambiente e na saúde dos agricultores da região.

O artigo seguinte estuda a produção de biodiesel no Brasil com advento do Selo Combustível Social e seus impactos na agricultura familiar. Recupera a trajetória da produção de biodiesel no Brasil, com destaque para o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), analisa a participação desse programa em cada região do país, identifica seus efeitos entre agricultores familiares e elenca desafios para o êxito da política.

Os dois últimos textos abordam a questão ambiental pelo viés do imaterial e simbólico. O primeiro estuda a configuração da imagem do conceito de produtos ecológicamente corretos, partindo do pressuposto de que as imagens, enquanto representações mentais, são capazes de direcionar o comportamento das pessoas. Com base nesse entendimento, procura compreender como são configuradas as imagens de *produtos ecológicamente corretos*. Seu objetivo prático é subsidiar as ações de comunicação que visem promover o consumo consciente

destes produtos no mercado. O segundo texto discute a eco(teo)logia como uma proposta interdisciplinar que procura convergir os discursos científico e religioso, integrando a Ecologia e a Teologia em sua reflexão sobre o meio ambiente.

O ensaio que finaliza esse volume resgata o importância do livro *Primavera silenciosa*, de Rachel Carson, discutindo como se tornou o livro fundador do movimento ambientalista moderno. Lançada em 1962, a obra é um alerta para os perigos do uso indiscriminado de pesticidas e foi duramente combatida à época. Como nos propõe o autor, procura-se entender “como um livro que destoava tão fortemente do senso comum pôde conquistar legitimidade e transformar-se em um dos produtos culturais mais importantes de nossa época”.

Boa leitura e nossos votos de um novo ano com bons projetos e realizações.

*Os Editores*